

A (IM)POSSIBILIDADE DA “INVISIBILIDADE” DO TRADUTOR E DA SUA “FIDELIDADE”: POR UM DIÁLOGO ENTRE A TEORIA E A PRÁTICA DE TRADUÇÃO

Ruth Bohunovsky¹
UNICAMP

O objetivo deste trabalho consiste em discutir, e comparar, abordagens recentes de alguns teóricos de tradução, e de tradutores, sobre dois conceitos ligados ao trabalho tradutório: a “fidelidade” entre o texto traduzido e o texto de partida e a “invisibilidade” à qual estaria sujeito - ou não - o tradutor. Apontarei para o fato de que, enquanto nos trabalhos teóricos de diferentes vertentes atuais as discussões acerca dos dois referidos conceitos se distanciam, claramente, de uma visão tradicional, isto é, essencialista, os comentários de alguns tradutores reconhecidos evidenciam uma visão já considerada ultrapassada por parte dos teóricos a esse respeito. Tentarei argumentar, baseando-me sobretudo em textos de Rosemary Arrojo e em observações dos próprios tradutores, que, ao defender uma visão tradicional/essencialista relativa à “fidelidade” e à “invisibilidade”, os tradutores trabalham contra seu próprio interesse declarado, ou seja, sair do “segundo plano” no qual se encontram no âmbito literário. Com tal argumentação, viso a propor um diálogo mais aprofundado entre a teoria e a prática, que, no meu entender, contribuiria para a valorização do trabalho tradutório.

Nas últimas décadas, os estudos da tradução têm passado por várias mudanças de orientação. Sem dúvida, já se encerrou o *boom*

científico que marcou, depois da Segunda Guerra Mundial, várias áreas humanas, como a lingüística, a psicologia, a antropologia e, também, os estudos da tradução. Baseando-se no suposto caráter científico da lingüística, a “ciência da tradução” foi marcada, *grosso modo*, pela visão de que o processo de tradução seria um mero transporte de significados que deveria se tornar “objetivo” através de um “método” ou um “*tertium comparationis*” a ser desenvolvido. Pode-se citar John C. Catford, Eugene Nida, Karl-Heinz Freigang e Otto Kade como alguns dos representantes dessa vertente que, geralmente, entendeu o texto original como “um objeto estável, ‘transportável’, de contornos absolutamente claros, cujo conteúdo podemos classificar completa e objetivamente” (Arrojo [2000: 12]). A partir dessa visão essencialista, a tarefa do tradutor teria sido apenas “transportar” o significado supostamente inerente ao original, sem inferir nele, sem “interpretar” o texto de partida (ibid.: 13). Os três princípios básicos que definiriam uma “boa” tradução e que foram sugeridos por Alexander Fraser Tytler, já em 1791, podem ser vistos como características, também, da tendência lingüística-cientificista dos estudos da tradução (cf. Arrojo [2000: 13]):

- 1) a tradução deve reproduzir em sua totalidade a idéia do texto original;
- 2) o estilo da tradução deve ser o mesmo do original; e
- 3) a tradução deve ter toda a fluência e a naturalidade do texto original.

Partindo de tais “princípios” de tradução, fica evidente que o objetivo principal do tradutor deveria ser ficar o mais “fiel” ao original em sua totalidade e ficar “invisível” no texto traduzido, pois o objetivo fundamental de qualquer tradução seria a “reprodução” do “original” em outro código.

Depois do *boom científico*, a área tem sido marcada por diferentes tendências teóricas. Atualmente, destacam-se, para citar apenas as mais importantes, os “estudos descritivos da tradução”² e aqueles que se orientam pelo pensamento da Deconstrução, promovendo diálogos com o Pós-Colonialismo³, a Psicanálise⁴, o Pós-Estruturalismo⁵, os Estudos de Gênero⁶, os Estudos Culturais, entre outros. Marcos Siscar e Cristina C. Rodrigues, na Apresentação da revista ALFA sobre “Tradução, Desconstrução e Pós-Modernidade”, dão uma idéia da extensão das mudanças ocorridas nesse contexto, quando mencionam que “*tradução* tem significado [...] muito mais do que um processo de transferência lingüística; *tradução* tem também buscado dizer a nossa maneira de relação com o mundo, em seus diversos tipos de determinação” (2000: 6).

Tanto o conceito da “fidelidade” como o da “invisibilidade” têm sido repensados nas discussões desenvolvidas no campo dos estudos da tradução das últimas décadas. Cito, a seguir, dois trechos de autores do panorama brasileiro da área que ilustram as mudanças teóricas que ocorreram em relação a esses conceitos, como também no que diz respeito à tradução em geral e ao papel do tradutor. Em *As (In)Fidelidades da Tradução*, Francis Henrik Aubert destaca que

[p]arece evidente que não se pode exigir uma fidelidade àquilo que é por definição inacessível: no caso em pauta, a mensagem pretendida⁷ do emissor original. Mesmo a mensagem virtual⁸ não é diretamente acessível [...]. Assim, a matriz primária da fidelidade há de ser, por imposição dos fatos, a mensagem efetiva⁹ que o tradutor aprendeu enquanto um entre vários receptores do texto original, experiência individual e única, não-reproduzível por inteiro nem mesmo pelo próprio receptor-tradutor, em outro momento ou sob outras condições de recepção. (1994: 75).

Se essa citação já sugere que a visão do tradutor como mero “transportador” de significados estáveis não é mais representativa

para as discussões mais recentes sobre o tema, as seguintes observações de Arrojo corroboram essa observação. Como pondera essa teórica,

é impossível resgatar integralmente as intenções e o universo de um autor, exatamente porque essas intenções e esse universo serão sempre, inevitavelmente, nossa visão daquilo que possam ter sido. [...] O autor passa a ser, portanto, mais um elemento que utilizamos para *construir* uma interpretação coerente do texto. [...] O foco interpretativo é transferido do texto, como receptáculo da intenção “original” do autor, para o intérprete, o leitor, ou o tradutor. [...] Significa que, mesmo que tivermos como único objetivo o resgate das intenções originais de um determinado autor, o que somente podemos atingir em nossa leitura ou tradução é expressar *nossa visão* desse autor e suas intenções. [...]. Em outras palavras, nossa tradução de qualquer texto, poético ou não, será fiel não ao texto “original”, mas àquilo que considerarmos *ser* o texto original, àquilo que considerarmos constituí-lo, ou seja, à nossa interpretação do texto de partida, que será [...] sempre produto daquilo que somos, sentimos e pensamos. (2000: 40-44).

Como tentei ilustrar com as citações de Aubert e Arrojo, no âmbito das discussões teóricas sobre tradução mais recentes, a “fidelidade” na tradução não é mais entendida como a tentativa de “reproduzir” o texto de partida, mas está sendo relacionado à inevitável interferência por parte do tradutor, à sua interpretação e manipulação do texto. O tradutor é entendido como um sujeito inserido num certo contexto cultural, ideológico, político e psicológico - que não pode ser ignorado ou eliminado ao elaborar uma tradução. O tradutor tornou-se “visível”. Nesse sentido, é exemplar o trabalho de Lawrence Venuti. Conhecido por sugerir “traduções estrangeirizadoras”, esse teórico propõe interferências declaradas, motivadas politicamente, nas traduções. Essa postura só é possível porque Venuti já parte do pressuposto de que o tradutor,

inevitavelmente, “aparece” em qualquer tradução. Haroldo e Augusto de Campos, com suas traduções “antropofágicas”, podem ser mencionados aqui como outros teóricos/tradutores que valorizam a interferência do tradutor. É interessante mencionar, também, que mesmo num livro mais recente de um teórico geralmente atribuído à vertente lingüística-cientificista dos estudos da tradução, Wolfram Wilss, lemos que a tradução é “consideravelmente determinada pela personalidade do tradutor”¹⁰ (1996: 5), e que o texto de partida “é manipulado pela visão de texto [do tradutor], seus usos, habilidades e experiências lingüísticas, suas capacidades de resolver problemas, sua rotina, criatividade e sua empatia (ibid.: 145). Além disso, esse teórico afirma que a tradução é “uma rede muito delicada de fatores pessoais, textuais, socioculturais, históricos e mentais” (ibid.: 76).

Diante desse quadro - que sugere uma certa unanimidade entre teóricos de tradução, de tendências bastante diversas, no que diz respeito à impossibilidade de se realizar uma tradução “fiel” ao “original”, isto é, recuperar, de uma maneira absolutamente neutra e objetiva, os significados supostamente inerentes a um texto de partida - parece-me interessante discutir a visão de tradutores sobre esse tema. Para isso, baseio-me num artigo do jornal O Estado de São Paulo, intitulado “Traduzir, caminho árduo de quem ama a palavra”, publicado em 11 de março de 2001. Nesse artigo, que aborda aspectos do trabalho prático de tradução, vários tradutores comentam acerca de suas experiências profissionais e suas visões sobre tradução. Salta aos olhos o fato de que, diferentemente dos teóricos supracitados, os tradutores parecem defender uma visão tradicional e essencialista em relação à fidelidade e ao papel do tradutor. Rita Desti, tradutora do português para o italiano, entre outros dos livros de José Saramago, é apresentada como “defensora ferrenha da fidelidade total” e relata tentar “transferir o sentido de cada palavra e reproduzir o nível do texto”. Não se poderia parafrasear melhor a visão essencialista concernente à tradução, discutida acima, visto que “transferir o sentido de cada palavra”

só poderia ser possível se cada palavra tivesse um sentido estável inerente - pressuposto descartado há muito tempo pela maioria dos teóricos de tradução. Além da “fidelidade”, encontram-se, no mesmo artigo, também comentários de tradutores com respeito à sua suposta “invisibilidade”. Carlos Nougé, tradutor da obra do mexicano Carlos Fuentes para o português, é citado com as palavras “claro que devemos ficar invisíveis”. Essa opinião é defendida, também, por Nancy Rozenchan, tradutora do hebraico para o português, que “também valoriza a invisibilidade”. A autora do referido artigo, Fernanda Dannemann, parece concordar com tal visão, pois enfatiza que se deve “considerar [...] que o desaparecimento do tradutor nas linhas do texto nada mas é do que uma das provas do seu talento e característica fundamental para que, muitas vezes, sejam aprovados pelos autores das obras”.

Como indicam essas citações, os tradutores entrevistados para o referido artigo parecem aderir a uma concepção de tradução que corresponde muito mais àquela de teóricos como Nida ou Catford que àquela defendida por teóricos mais contemporâneos. Assim, a observação de Desti de que, no trabalho tradutório, tentaria “transferir o sentido de cada palavra” corresponde à exigência de Nida de que o tradutor teria de “transportar os componentes semânticos” de um texto (Nida [1975], apud Wilss [1981: 140]). A partir de tal concepção de tradução, a “invisibilidade” do tradutor seria, obviamente, uma consequência lógica da sua “fidelidade” ao original. No entanto, encontram-se, no mesmo artigo, outras observações dos tradutores que revelam o caráter problemático de tal concepção teórica. Por exemplo, Rozenchan, embora “valorizando a fidelidade”, menciona que “[n]ão adianta ser extremamente fiel ao estilo do autor e deixar o texto desagradável”. Essa tradutora explica que “se vê obrigada a pequenas alterações, já que o hebraico é uma língua de estrutura muito diferente da nossa”. Ou seja, ao traduzir, a tradutora vê-se obrigada a decidir entre elaborar uma tradução “fiel” ao estilo lingüístico do texto de partida ou uma versão “fiel” à sua legibilidade. Ela não deixa dúvida

a qual das duas possibilidades dá preferência, pois esclarece que “faz parte do [...] trabalho [do tradutor] tornar o texto legível”. No entanto, a “legibilidade” de um texto traduzido não depende, de maneira alguma, da sua “fidelidade” à forma lingüística do “original”, mas das convenções literárias da “comunidade interpretativa” - para usar a denominação de Stanley Fish (1980) - a qual se dirige a tradução. Ou seja, o que a argumentação de Rozenchan evidencia é que, embora ela mesma declare procurar ser “fiel” ao “original”, ela evidencia apenas sua “fidelidade” a uma determinada concepção textual e a um determinado objetivo seu, já que poder-se-ia pensar também um tradutor que prefere ficar “fiel” à forma lingüística e lexical do “original”, em detrimento da legibilidade da tradução, como no caso de Venuti. O fato de ter de tomar essa decisão, com a qual todo tradutor está inevitavelmente confrontada, põe em xeque, também, a suposta “invisibilidade” do tradutor, visto que a maneira como o texto traduzido será recebida e lida pelos leitores depende do trabalho do tradutor, não do autor do “original”. A esse respeito lemos, no referido artigo jornalístico, um comentário de Lia Wyler, tradutora de *Harry Potter* no Brasil. Ela reclama que “[n]as críticas, [os tradutores são] lembrados apenas quando a tradução não é tida como satisfatória; se não for o caso, [seu] trabalho é creditado ao autor do livro, como se ele mesmo tivesse escrito, em português, um texto literário ‘sem chavões’, ou ‘num estilo seco’”.

A partir das observações citadas acima, permite-se a argumentação de que, por um lado, a “invisibilidade” do tradutor parece ser o objetivo principal de muitos tradutores, embora, por outro lado, os mesmos tradutores expõem uma certa insatisfação a esse respeito, pois mostram-se conscientes de que a avaliação literária de um texto traduzido porá em discussão um texto de sua autoria, não uma “reprodução” de um texto com altas qualidades literárias escrito em outro “código” e cujos supostos significados teriam sido apenas “transportados” para o texto de chegada. Ou seja, enquanto defendem, à primeira vista, uma visão tradicional,

baseada na suposta estabilidade do significado de palavras ou textos, e a necessidade de o tradutor ficar “fiel” ao original, e “invisível”, apresentam também observações que põem em questão sua própria visão teórica. Com tais observações, os tradutores citados corroboram, talvez contra sua própria intenção, as propostas teóricas de autores como Arrojo, que argumenta que “nenhuma tradução - mesmo aquelas que pretendem o contrário - conseguirá preservar intactos os significados originais de um texto [...] ou de um autor, mesmo porque esses significados serão sempre ‘apreendidos’ ou considerados dentro de uma determinada perspectiva ou de um determinado contexto” (1992: 103).

O ideal da “fidelidade” e da “invisibilidade” do tradutor, já que nunca alcançado, sempre acarretará a imagem do trabalho tradutório como algo imperfeito, inferior, como já aponta Arrojo ao observar que a partir de uma visão essencialista, ou logocêntrica, “qualquer tradução será sempre ‘infel’, em algum nível e para algum leitor, sempre ‘menor’, sempre ‘insatisfeito’, em comparação a um original idealizado e, por isso mesmo, inatingível” (1993: 29). Para deixar mais clara essa questão, podemos nos referir à tradutora Dominique Aury. Como ela evidencia, no seu prefácio do livro *Os problemas teóricos da tradução*, de George Mounin (1975), essa tradutora considera seu próprio trabalho como inferior, pois menciona que a “operação através da qual um texto escrito numa língua se torna susceptível de ser lido em outra constitui, sem dúvida, em ato vagamente indecente, pois o bom tom exige que ele passe despercebido” (ibid.: 7). Aury ilustra bem que o tradutor, partindo de uma visão tradicional de “fidelidade” e “invisibilidade”, sempre fará um trabalho imperfeito, pois caberá a ele tentar “as aproximações mais ou menos bem sucedidas, os furores de fidelidade, os entusiasmos mal recompensados, [...] o impossível” (ibid.: 11). Já a partir de uma visão pós-estruturalista de tradução, tal “impossibilidade” de cumprir a exigência da “fidelidade” e “invisibilidade” - que torna a tradução um trabalho “indecente” - se torna exatamente o

aspecto que valoriza o trabalho do tradutor. Essa mudança fica mais clara a partir da observação de Arrojo de que

traduzir [...] implica [...], em primeiro lugar, reconhecer seu papel essencialmente ativo de produtor de significados e de representante e intérprete do autor e dos textos que traduz. Além desse reconhecimento, é claro, cabe ao tradutor assumir a responsabilidade pela produção de significados que realiza e pela representação do autor a que se dedica. Ou seja, terá que estar sintonizado com o ideário de seu tempo e lugar e, conseqüentemente, com a visão que esse tempo e lugar lhe permitem ter do texto e do autor que interpreta. (1992: 104).

Os tradutores citados no artigo mencionado criticam que ainda se encontram no “segundo plano” no âmbito literário e que, “salvo aqueles cuja fama já ultrapassou as fronteiras do anonimato”, não terem seus nomes mencionados nas capas das livros por eles traduzidos (cf. “Traduzir, caminho árduo de quem ama a palavra”, O Estado de São Paulo, 11 de março de 2001). Mas, não parecem refletir sobre o fato de que sua própria postura teórica em relação ao seu trabalho está estreitamente ligada a tal situação. A partir disso, me parece relevante argumentar em favor de um diálogo, ainda inexistente em grande escala, entre a teoria e a prática na área de tradução, pois ainda não perdeu validade a observação de Arrojo, de há quase dez anos, de que,

enquanto os tradutores persistirem em não refletir sobre o trabalho delicado e complexo que realizam e enquanto não se decidirem a cuidar das condições e dos rumos de seu ofício, terão que aceitar o destino de marginalização que essas instituições lhes reservam. Somente a partir da conscientização desses profissionais acerca do poder autoral que exercem e da responsabilidade que esse poder implica, as relações perigosas que têm organizado tradutores e traduções poderão se tornar mais honestas. (1993: 31-32).

Notas

1. A autora é doutoranda na área de tradução do Instituto de Estudo da Linguagem (IEL), Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).
2. Para uma discussão aprofundada sobre essa vertente, cf., por exemplo, Susan Bassnett-McGuire (1980) ou Theo Hermans (1985, 1999).
3. Cf., p. ex., Douglas Robinson (1997).
4. Cf., p. ex., Arrojo (1993); Maria Paula Frota (2000).
5. Cf., p. ex., Arrojo (1992, 2000).
6. Cf. Lori Chamberlain (1988).
7. Nota da autora: Conforme Aubert, a “mensagem pretendida” seria “aquilo que o emissor ‘quis dizer’, ou seja, sua *intenção comunicativa*” (1994: 73).
8. Nota da autora: Aubert define a “mensagem virtual” como o “conjunto de leituras possíveis a partir da expressão lingüística efetivamente gerada” (1994: 73).
9. Nota da autora: Segundo Aubert, a “mensagem efetiva” seria “aquela que se realiza na recepção, no destinatário, condicionada em parte pela expressão lingüística, em parte pelo *saber* e pela *intenção receptiva* do interlocutor” (1994: 73).
10. A tradução é minha.

Bibliografia

AUBERT, Francis Henrik. *As (In)Fidelidades da Tradução: Servidões e autonomia do tradutor*. Campinas, S.P.: Editora da Unicamp, 1994.

ARROJO, Rosemary. *Oficina de tradução, a teoria na prática*, São Paulo: Ática, 2000. [1. ed. 1986]

_____.(org.). *O signo desconstruído*. Campinas: Pontes, 1992.

_____.*Tradução, desconstrução e psicanálise*, Rio de Janeiro: Imago, 1993.

CHAMBERLAIN, Lori. “Gender and the Metaphors of Translation”, 1988, in:

VENUTI, Laurence (org.). *The Translation Studies Reader*, Nova Iorque: Routledge, 2000.

FISH, Stanley. *Is There a Text in This Class?*, Cambridge, Massachusetts, Londres, Inglaterra: Harvard University Press, 1980.

FROTA, Maria Paula. *A singularidade na escrita tradutora: linguagem e subjetividade nos estudos da tradução, na lingüística e na psicanálise*, Campinas: Pontes, 2000.

HERMANS, Theo. *The Manipulation of Literature: Studies in Literary Translation*, Londres & Sydney: Croom Helm, 1985.

_____. *Translation in Systems: Descriptive and System-oriented Approaches Explained*, Manchester: St. Jerome, 1999. [1. ed. 1963]

MOUNIN, George. *Os problemas teóricos da tradução* (traduzido por H. de Lima Dantas), São Paulo: Editora Cultrix, 1975. (1. ed. 1963)

ROBINSON, Douglas. *Translation and Empire: Postcolonial Theories Explained*. Manchester: St. Jerome, 1997.

WILSS, Wolfram (org.). *Übersetzungswissenschaft*, Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 1981.

_____. *Knowledge and Skills in Translator Behaviour*, Amsterdã e Filadélfia: John Benjamins Publ., 1996.

Publicações periódicas

ALFA - Revista de Lingüística, Tradução, Desconstrução e Pós-Modernidade. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, v. 44, n. esp., p. 1-207, 2000.

DANNEMANN, Fernanda. Traduzir, caminho árduo de quem ama a palavra.

Estado de São Paulo, São Paulo, 11 março 2001, caderno 2/Cultura, p. D4.